

FATOS E NOTAS

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

Joaquim Norberto (1820-1891).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Professor Colaborador de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Professor da Universidade Católica de Campinas.

Joaquim Norberto de Souza Silva (ou Souza e Silva, como costumava assinar), conhecido literariamente apenas por *Joaquim Norberto*, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 6 de junho de 1820 e faleceu em Niterói, a 14 de maio de 1891. Romancista, poeta, dramaturgo, filólogo e crítico literário, o escritor fluminense tem o seu nome ligado igualmente à historiografia brasileira através de alguns trabalhos importantes de investigação histórica, ainda hoje altamente considerados. Suas atividades, no campo da historiografia, estiveram quase sempre vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o qual ingressou em 1841 e do qual foi presidente de 1886 até o ano de seu falecimento. Nas páginas da prestigiosa revista editada por essa tradicional instituição publicou grande parte de seus escritos no setor das letras históricas. Com seus trabalhos de divulgação, cuidadosamente anotados, dos grandes vultos da literatura brasileira, Joaquim Norberto

“ergueu um monumento indestrutível e jamais ultrapassado por nenhum escritor nosso, antes, copiado, servilmente plagiado”,

consoante afirmação de Oswaldo Melo Braga, que prefaciou a reedição de um dos seus importantes trabalhos. E acrescenta, ainda, o mesmo prefaciador:

“É certo que outros apareceram mais tecnicamente preparados (Varnhagen, Vale Cabral), mas nenhum com a soma de trabalhos por êle realizados”.

Tal a sua produção, nesse setor, que o próprio Sílvio Romero reconheceu ser impossível escrever a história literária brasileira sem recorrer às publicações do autor fluminense. E' o que se depreende das duas coleções que dirigiu, especialmente uma delas (“Brazilia:

biblioteca de autores nacionais antigos e modernos”), organizada para a Livraria Garnier e na qual foram publicadas as obras de Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Casemiro de Abreu, Laurindo Rabelo, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo, com introduções bibliográficas e farta documentação histórico-literária.

No campo da História, começou a publicar a partir de 1852. Na “Revista do Instituto Histórico Brasileiro” dêsse ano apareceu seu primeiro trabalho, *Sôbre o descobrimento do Brasil*, no qual debate o problema proposto pelo Imperador Pedro II ao Instituto, acêrca da casualidade ou intencionalidade do descobrimento de Cabral, assunto que, na época, estava em voga e ainda por muito tempo continuará preocupando os historiadores brasileiros, como se não houvesse coisa mais importante a ser estudada. Defendendo a hipótese da intencionalidade, e tendo sido contraditado por Gonçalves Dias, Joaquim Norberto respondeu ao poeta maranhense, saindo os dois trabalhos no tomo XVI da revista do Instituto. Todavia, suas duas obras mais importantes, de interêsse para os estudos históricos, são a *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro*, laureada pelo Instituto Histórico em 1853 e publicada no ano seguinte na respectiva revista (tomo XVII) e a *História da conjuração mineira*, publicada em 1873. Entre uma e outra, publicou, de interêsse para as letras históricas: *Brasileiras célebres* (1862), *Biografia brasílica* (1864) e *Investigações sôbre os recenseamentos da população geral do Império e cada província de per si, tentadas desde os tempos coloniais até hoje* (1870). Posteriormente, publicou *Corografia fluminense ou descrição topográfica, histórica, política e estatística da Província do Rio de Janeiro*, 4 volumes, além de escritos menores sôbre assuntos variados, desde a criação de uma universidade no Brasil até a bandeira nacional.

A respeito dos seus dois mais importantes trabalhos indicados, convém notar que o primeiro (sôbre as aldeias de índios do Rio de Janeiro), pela rica documentação que encerra, permanece até hoje fonte obrigatória para o estudo da terra fluminense, especialmente para os assuntos ligados a povoamento, ocupação e utilização da terra, gêneros de vida, etc., oferecendo, pois, grande interêsse para a história social e econômica. Quanto ao segundo (sôbre a inconfidência mineira), foi durante muito tempo combatido, principalmente porque, segundo se afirmava, era pouco simpático à figura de Tiradentes. Saiu-lhe em defesa Sílvio Romero, que dêle se ocupou em duas ou três páginas de sua importante *História da literatura brasileira*. Convém transcrever o que, a propósito, escreveu o grande crítico:

“Os méritos principais do historiador (Joaquim Norberto) são a clareza na exposição e o acuramento das pesquisas. Não há movimento dramático, nem há vistas filosóficas, nem há vivacidade de estilo. Em compensação há critério, bom-senso, conhecimento do as-

sunto. No livro sôbre a conjuração de Minas lança muita luz sôbre a vida política dos mineiros e do Brasil em geral nos fins do século XVIII, sôbre a sociedade de Vila Rica, sôbre o caráter dos poetas e escritores do tempo e vinte outros pontos secundários. Contribuiu para reduzir as proporções assustadoras que vai tomando entre nós o mito de Tiradentes. Não contesto aos brasileiros o direito de fantasiar heróis e encher de semi-deuses o céu de sua história; se lhes apraz criar uma mitologia política, criem-na como lhes bem quadrar. Estão no seu direito, e, quanto a Tiradentes, nas páginas mesmas dêste livro, já tive ensejo de manifestar a minha simpatia. O que não posso tolerar é a pretensão estólida e brutalizante de se querer impedir o direito da crítica. Ainda hoje não posso compreender os selvagens ataques de que foi vítima Norberto por haver tocado de leve na figura de Tiradentes! E isto da parte de espíritos que se dizem liberais! É uma grosseira intolerância só própria de ânimos selvagens. Além disso, é uma enormíssima injustiça; porque o livro de Norberto, bem longe de ser obra de reacionário, é um livro animado de fortíssimo espírito liberal, alentados aspectos democráticos. Qual o motivo pelo qual grandes e consagrados heróis, divinizados pela humanidade inteira, podem ter sido visitados no seu limbo de luzes e sombras pela crítica, e não se há de fazer o mesmo no Brasil a certos heróizinhos de ontem; Qual a razão pela qual um Strauss pode chegar até Cristo e arrancar-lhe parte da auréola, e não poderá um Norberto praticar o mesmo em Tiradentes? Ora, deixemo-nos de fantasias inúteis e respeitemos antes de tudo a verdade. Nossa democracia não precisa, para viver, de firmar-se em exageros e falsidades. Antes de tudo respeitemos os direitos da ciência. O livro de Norberto é um bom e equitativo serviço em prol da verdade. Não é obra de reação; é antes de propaganda liberal" (1).

A História da conjuração mineira continua discutida e atacada até hoje. Não faz muito, o sr. Waldemar de Almeida Barbosa, de Belo-Horizonte, escreveu todo um livro para refutá-la, mas, na realidade, nada aduziu de nôvo que realmente viesse a substituir o que Joaquim Norberto escrevera. Parece-me justa a observação de Nelson Werneck Sodré, em seu *O que se deve ler para conhecer o Brasil*:

"A obra de Joaquim Norberto a respeito da conjuração mineira tem sido bastante controvertida, não faltando quem lhe negue méritos e lhe aponte deficiências e deformações da verdade. Mas o certo é que oferece reconstituição ainda útil da conspiração, e os erros e falhas de detalhe não invalidam a referida utilidade".

Anote-se que a *História da conjuração mineira* foi reeditada pelo Instituto Nacional do Livro, com prefácio de Oswaldo Melo Bra-

(1). — *História da Literatura Brasileira*, II, 85-86, 1903. 2a. edição.

(2). — Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1948, 2 volumes.

ga. Integrava, como volume 26, a “Biblioteca popular brasileira”, uma excelente iniciativa daquele Instituto, que, infelizmente, não teve prosseguimento: volumes cômodos, baratos, criteriosamente selecionados e apresentados, quase em formato de bolso e na qual muita coisa boa foi publicada. Nela se incluem, por exemplo, e entre outras, as obras de Pizarro, sobre o Rio de Janeiro, de Diogo de Vasconcelos, sobre Minas Gerais, a do Visconde de São Leopoldo, sobre o Rio Grande do Sul, além de numerosos clássicos do Brasil colonial.